



ANÁLISE DAS VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS NAS HISTÓRIAS ORAIS DE TRANSGÊNEROS DE JUIZ DE FORA – MG

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v2i52.7665>

Henrique Luiz Caproni Neto

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - Brasil

Renata de Almeida Bicalho

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - Brasil

RESUMO

Este artigo visa analisar as violências simbólicas vivenciadas por sujeitos transgêneros na sociedade e no mundo do trabalho. Para embasar as análises, utilizam-se os conceitos de poder simbólico e violência simbólica, bem como diversos trabalhos de autores nacionais que têm se dedicado ao estudo da diversidade sexual nas organizações e aos estudos de transgêneros. Os dados foram coletados através de uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas de história oral com seis indivíduos transgêneros, residentes de Juiz de Fora - MG. Assim, enfatizamos a estigmatização de que são expostos tais sujeitos tendo por consequência violências e exclusão no âmbito social e organizacional.

Palavras chave: transgêneros, violência simbólica, história oral

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar as violências simbólicas vivenciadas por sujeitos transgêneros na sociedade e no trabalho por meio de suas histórias orais. A temática da diversidade sexual e de gênero no campo organizacional é instigante, porém recente e pouco discutida nas organizações brasileiras e na academia, especialmente quando se trata de transexuais e travestis.

Nota-se que as pesquisas relacionadas com a diversidade sexual e de gênero no trabalho têm dado maior atenção ao homossexual masculino e poucas às lésbicas, sendo relevantes novas pesquisas e novos sujeitos de pesquisa, como dedicadas, por exemplo, aos transgêneros como travestis, transexuais, gêneros ambíguos, gêneros neutros, intersexuais. As pesquisas já realizadas com não heterossexuais e gênero dissidentes (SIQUEIRA *et al.*, 2009; GARCIA; SOUZA, 2010; IRIGARAY; SARAIVA; CARRIERI, 2010; SOUZA; PEREIRA, 2013;

IRIGARAY; FREITAS, 2011) demonstram a discriminação, o preconceito, a homofobia, a heteronormatividade, a desigualdade no tratamento, experienciadas no trabalho.

Logo, ressalta-se que, tanto no meio social como no organizacional, aqueles que fogem ao modelo de gênero e sexualidade valorizados socialmente podem ser alvos de discriminação, preconceito e violência. Nesse sentido, busca-se analisar se tais violências também marcam a trajetória pessoal e laborativa dos sujeitos transgêneros, travestis e transexuais, de Juiz de Fora - Minas Gerais.

Para tanto, primeiramente foca-se a teoria sobre violência simbólica, a qual servirá de baliza para a análise empírica, assim como trabalhos que versam sobre a condição dos indivíduos transgêneros na sociedade e no trabalho. A seguir, trata-se da metodologia adotada nesta pesquisa de cunho qualitativo e a análise dos dados empíricos coletados através da análise de conteúdo temática qualitativa. As categorias de análise são violência simbólica no meio social, exclusão no trabalho, imagem e o nome social, e reprodução da violência simbólica. Por fim, algumas considerações finais.

2. Violência Simbólica

Inicialmente, apresenta-se esse conceito e disserta-se sobre o poder simbólico para que se possa compreender a definição e as questões que envolvem a violência simbólica, dadas as implicações entre ambos os conceitos. Este pode ser descrito sinteticamente da seguinte forma:

o poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2007b, pp. 14-15).

Depreende-se deste conceito que o poder simbólico erige a realidade através da instituição de uma ordem gnosiológica, isto é, de uma significação imediata para o mundo, em especial para o mundo social, bem como impõe e legitima significações, através de esquemas de percepção e disposições incorporados pelos sujeitos, sendo exemplos destas disposições os

atos de admirar, respeitar, amar, entre outros. A produção desta leitura da realidade não demanda o emprego de violência física ou de qualquer outro artifício que consuma energia, mas um trabalho no plano do sentido e do conhecimento, visando dissimular e transfigurar as relações de força subjacentes de modo tal que se possa ignorar, no sentido de não questionar, e ao mesmo tempo reconhecer, dada a sua legitimidade, a violência exercida (BOURDIEU, 2000; 2003; 2007b; BONNEWITZ, 2003).

Como decorrência do exercício do poder simbólico, temos a violência simbólica, a qual se estabelece “por meio de um ato de cognição e de mau reconhecimento que fica além – ou aquém – do controle da consciência e da vontade, nas trevas dos esquemas de habitus que são ao mesmo tempo generados e generantes.” (BOURDIEU, 1998, p. 22-23). Para caracterizar, sinteticamente, a violência simbólica tomaremos como base o trabalho de Rosa (2007, p. 40), segundo o qual

a violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesmo.

Destaca-se que, apesar da denominação desta violência estar vinculada a um âmbito simbólico, tal conceito não desconsidera as manifestações do poder e da violência, como situações em que pessoas são “espancadas, violentadas, exploradas”, mas busca visualizar, “na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (BOURDIEU, 2003, p. 43). Retornando às ideias originais de Bourdieu (2003, p. 7-8), apreende-se que a violência simbólica é uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. Destarte, a dominação simbólica se instaura por meio de um processo sustentado pela existência e pelo reforço de pensamentos e predisposições alinhados às estruturas impostas, refletindo em ações de conhecimento, reconhecimento e submissão ao instituído por parte dos dominados, que julgando autoevidente tal processo não conseguem romper com o mesmo, conspirando para a sua própria dominação (BOURDIEU, 1975; 1998; 2003).

Este sistema de dominação, marcado pela violência simbólica e difusor de interesses hegemônicos, se institucionaliza e se reproduz graças à construção sócio-histórica da desigualdade e da exclusão dos dominados, por meio do trabalho de agentes e instituições

específicos, tais como a Família, a Igreja, a Escola e o Estado. A Família, a Igreja e a Escola (especialmente em suas vertentes europeias sobre as quais Pierre Bourdieu pesquisou e refletiu) atuam coordenadamente e focalizam, sobretudo, na formação de estruturas inconscientes calcadas em saberes ditos indispensáveis para uma inserção adequada nas relações sociais, que cerceiam a reflexão e o questionamento sobre o dado. A Família, em especial, cumpre o papel determinante na reprodução da ordem social, fundando de modo duradouro sentimentos dirigidos para a integração e persistência da realidade em que se insere. A Igreja inculca explicitamente uma moral familiarista determinada por valores patriarcais e modela estruturas históricas do inconsciente através do simbolismo presente nos textos sagrados, da liturgia, do espaço e do tempo religiosos. A Escola difunde o arbítrio cultural e colabora para a continuidade das relações entre os grupos ou as classes, perpetuando o preterimento das classes dominadas e a legitimidade das classes dominantes. E o Estado, como principal responsável pelo estabelecimento de categorias oficiais, reforça a conformidade dos sujeitos às formas organizativas sociais hegemônicas utilizando-se de meios, materiais e simbolismos que garantam o conformismo lógico e moral, que propiciará a adesão às maneiras de compreender e construir o mundo em consonância com os interesses dominantes (BOURDIEU, 1975; 1996; 2003; BONNEWITZ, 2003).

Ressalta-se, entretanto, que a dominação simbólica não é prerrogativa da classe dominante, porquanto esta também se encontra dominada pela estrutura do campo, sofrendo limitações oriundas de todos os demais. A diferença entre os dominantes e os dominados encontra-se, principalmente, no acesso privilegiado ao sistema simbólico que possibilita à classe hegemônica impor ou legitimar aquilo que lhe é próprio e caro, distinguindo-se dos demais (BOURDIEU, 1996, 2007b). Assim, “a força da ortodoxia, isto é, da dóxa direita e de direita que impõe todo tipo de domínio simbólico (branco, masculino, burguês), provém do fato de que ela transforma particularidades nascidas da discriminação histórica em disposições incorporadas, revestidas de todos os signos do natural” (BOURDIEU, 2003, p. 147).

A sociedade, enquanto espaço social é uma estrutura de diferença, diferença essa que foi fundamentada na objetividade, através da valorização e legitimação de certas formas de poder ou tipos de capital, entendidos como eficientes para aquele dado universo social, e, destarte, estabeleceu-se uma “distinção natural” entre os grupos. O processo fundador desta fantasia, a “distinção natural”, assentar-se sobre o poder da classe dominante de deliberar a aceção de excelência, à qual se refere, obviamente, a sua maneira de existir (BOURDIEU, 1996). “O efeito de imposição realizado, através de sua própria existência, por aqueles que apenas têm de ser o que são para serem o que devem ser. Esta coincidência perfeita é a própria

definição de naturalidade que, por outro lado, confirma a coincidência do ser, assim como o poder de autoafirmação contido em seu bojo” (BOURDIEU, 2007a, p. 238-239). Neste contexto social marcado pela distinção, ocorrem embates simbólicos, motivados pela conquista ou manutenção de uma posição de domínio e pelo monopólio da violência simbólica. Aqueles que almejam ascensão na hierarquia social engajam-se nestas lutas no intuito de superarem sua condição de subjugadas e se tornarem os definidores dos preceitos que balizam o mundo social, obtendo, assim, poder para impor e inculcar instrumentos de conhecimento e de expressão da realidade (BOURDIEU, 2007b).

A ordem do mundo se mantém mesmo que as posições possam ocasionalmente variar, pois, quando o intento se limita a trocar o grupo dominante sem alterar a essência da realidade, a opressão prossegue. Conforme já abordado, não se vislumbra a possibilidade de uma mudança concreta do mundo social, dado que a subordinação social e a opressão correlata são entendidas como relações naturais e legítimas e não como relações de injustiça e inferiorização. Os sujeitos não interpretam aquilo que vivenciam como decorrente de um processo de construção sócio-histórico e, deste modo, passível de transcendência, mas como uma organização imprescindível para a reprodução da sociedade, assim legitimam e reproduzem a ordem da distinção (PRADO; MACHADO, 2008).

O preconceito é outra marca da sociedade da distinção, o qual exerce papel importante na manutenção da hierarquia entre os grupos sociais ao legitimar a valorização de atributos e a inferiorização daqueles que não se enquadram no padrão de excelência. Destaca-se ainda que em decorrência das desigualdades instituídas podem se consolidar o ódio e a violência (PRADO; MACHADO, 2008).

O senso da distinção, *discretio* que leva a separar e reunir o que deve ser separado e reunido, a excluir todas as alianças desiguais e todas as uniões contra natureza, ou seja, contrárias à classificação comum, à diacrisis que se encontra na origem da identidade coletiva e individual, suscita um horror visceral e assassino, uma aversão absoluta, um furor metafísico por tudo o que ocupa o terreno bastardo de Platão, tudo o que vai além do entendimento, ou seja, a classificação incorporada e que, ao questionar os princípios da ordem social feita corpo e, em particular, os princípios socialmente constituídos da divisão sexual do trabalho e da divisão do trabalho sexual, ameaça a ordem mental, a título de desafio ao senso comum, de escândalo (BOURDIEU, 2007a, p. 440).

O preconceito que caracteriza a exclusão daqueles que se distanciam do “padrão de normalidade” social é talvez a manifestação mais insidiosa da violência simbólica e fundamenta-se no paradoxo que define tal violência: “nos impede de ‘ver’ que ‘não vemos’”, ou seja, impossibilita ao sujeito identificar os limites de sua própria percepção da realidade,

“atua ocultando razões que justificam determinadas formas de interiorizações históricas, naturalizadas por seus mecanismos” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 67).

Entre as inúmeras formas de preconceito que verificamos no mundo social destacaremos, para fins desta pesquisa, o direcionado aos transgêneros, tendo em vista que tal preconceito é fruto de um “poder de violência simbólica” reproduzido sócio-historicamente e marcado pela distinção.

3. Transgêneros, travestis e violência

A heteronormatividade, que pressupõe a coerência entre gênero, sexo e desejo, foi instituída e legitimada como preceito regulador das relações sociais por meio da difusão de ideias pejorativas de atribuição social acerca de gêneros dissidentes e práticas não heterossexuais, que associam esses a noções de patologia e perversão, naturalizando a difusão de práticas homofóbicas e transfóbicas, pelo imaginário constituído e desvalorização do feminino cultural e social (BUTLER, 2003; WELZER-LANG, 2001; LOURO, 2009). Em decorrência do estabelecimento de tal distinção, os sujeitos transgêneros passaram a ser enquadrados em esferas inferiores da hierarquia social e a ser alvo de discriminações e inferiorizações, realidade de opressão invisibilizada como natural às relações de subordinação social (PRADO; MACHADO, 2008). Assim desenvolveu-se

a forma particular de dominação simbólica a que podem estar expostos, marcados por um estigma que impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de ‘invisibilização’ traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a ‘discrição’ ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor (BOURDIEU, 2003, p. 143-144, grifos nossos).

Para não ser excluído dos demais grupos de identificação aos quais se associa nem das instituições em que participa o sujeito pode optar, a princípio, por três caminhos: aderir aos padrões da divisão sexual do trabalho, obter um desempenho superior ou esconder a sua identidade. O primeiro caminho, como no caso de travestis e transexuais femininos, leva o sujeito a limitar sua escolha profissional a trabalhos desenvolvidos tipicamente por mulheres, ou seja, em “posições oferecidas às mulheres pela estrutura, ainda fortemente sexuada, da divisão de trabalho, que as disposições ditas ‘femininas’, inculcadas pela família e por toda a ordem social, podem se realizar” (BOURDIEU, 2003, p. 72). Outro caminho possível é a

obtenção de reconhecimento e respeito através de um desempenho superior ao “normal” no desenvolvimento de suas atividades, o que resulta de maior esforço ou habilidade. Seguindo esta segunda opção, o sujeito esforça-se constantemente para atender às demandas adicionais que lhe são imputadas, no intento de suprimir qualquer conotação generificada ou sexual que possa preteri-lo (BOURDIEU, 2003).

A escolha do terceiro caminho baseia-se, normalmente, no entendimento da dissimulação e da negação da identidade sexual ou de gênero como imperativas para se conservar ou comprometer com o grupo dominante. Segundo Leonini (2004), a postura da sociedade brasileira com relação à sexualidade expressa uma convivência democrática entre hetero e homossexuais, sem qualquer preconceito oficial. No entanto, corriqueiramente a discriminação se expressa, mesmo de forma sutil e artilosa, em imagens, textos, comportamentos e na intensificação das violências. Destarte, para evitar qualquer represália social, os sujeitos entendem como sua sina o enquadramento na heterossexualidade ou a encenação de tal enquadramento, tendo em vista que a ordem social se apresenta como intransponível e que o preconceito velado dificulta a articulação dos "diferentes".

O ponto de vista dominante torna-se baliza para as análises que o sujeito é capaz de estabelecer, uma vez que ele fora educado a partir de preceitos heteronormativos (BUTLER, 2003; BOURDIEU, 2003), tanto com relação a si mesmo e a sua relação com o mundo quanto com referência aos demais oprimidos. A definição dominante da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante. Comprovando a universalidade do reconhecimento concedido à mitologia androcêntrica, gêneros dissidentes e homossexuais, embora sejam disso (tal como as mulheres) as primeiras vítimas, aplicam a si mesmos muitas vezes os princípios dominantes: eles não raro reproduzem nos casais que formam a divisão dos papéis masculino e feminino (BOURDIEU, 2003).

Os caracteres apregoados socialmente como de excelência são importados pelos sujeitos em seus julgamentos, permitindo que a heterossexualidade compulsória seja assimilada e torne-se regra geral na sociedade (BUTLER, 2003; GOMIDE, 2007). As travestis e transexuais, conforme se observou pela pesquisa de Leonini (2004), são vistas, tanto pelo senso comum quanto pela academia, como seres anormais, invertidos sexualmente ou afligidos por alguma psicopatologia. O espaço social por elas ocupado reflete o estigma e a exclusão de que são expostas, marginalizadas como um grupo exótico e geralmente associado à prostituição e a criminalidade pela população e pelas instituições, em geral (KULICK, 2008). Há ainda aqueles

que considerem a vida destes sujeitos como fácil, não percebendo o contexto real de violências a que se encontram sujeitos (BENEDETTI, 2005).

A descrição de violências explícitas sofridas pelos sujeitos pertencentes aos transgêneros, derivada das informações oferecidas por Benedetti (2005), Kulick (2008) e Pelúcio (2009), engloba uma rotina de carências materiais básicas. Tais como fome e desabrigo, a exposição a doenças sexualmente transmissíveis e a doenças decorrentes de sua rotina de trabalho, como pela exposição do corpo ao frio da noite de inverno, dada a necessidade de arranjar clientes, na prostituição, a vivência de situações de exclusão e estigmatização cotidianas, comumente atreladas a agressões físicas ou verbais, entre outras. As marcas dessas violências são expostas pelas transexuais e travestis como troféus, uma forma de banalizar e de se defender da dor e da loucura, sendo exemplos destas: cicatrizes de automutilações, necessárias para garantir a condução ao hospital ao invés da prisão, sabendo que a cadeia é um local em que são agredidas fisicamente e estupradas com frequência, marcas e feridas de cirurgias plásticas e injeções de silicone mal sucedidas, as quais foram executadas visando a formatação do corpo com formas femininas, e sinais de brigas com outras travestis ou transexuais, com clientes ou indivíduos homofóbicos. Esta é apenas uma parcela da realidade vivida por elas, que passam a se acostumar com o medo que é descrito como um sentimento onipresente, servindo até mesmo de guia para muitas pessoas que habitam o universo dos transgêneros (BENEDETTI, 2005).

As travestis e as transexuais enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, conforme pesquisa de Irigaray (2010) com dez travestis e quatro transexuais na cidade do Rio de Janeiro, a maioria delas não consegue uma posição no mercado de trabalho formal em decorrência da discriminação e estigmatização social. Por não terem apoio da sociedade e da família, para sobreviver, boa parte delas já se prostituiu ou ainda o faz. Geralmente, aquelas que não estão no mercado da prostituição, trabalham em estabelecimentos LGBT ou em salões de beleza. No mercado de trabalho formal, travestis e transexuais ocupam posições operacionais, em setores específicos como entretenimento, lazer e beleza, uma vez que possuem pouca educação formal. As poucas que conseguem trabalhar em organizações, inclusive naquelas que adotam políticas de diversidade, são vítimas de agressão, intolerância e forçadas a utilizar a identidade social masculina. Esse autor salienta ainda que da análise dos discursos das entrevistadas, três categorias foram observadas: rejeição, violência e transitoriedade. A categoria de rejeição remete às interações familiares e sociais (principalmente a escola). A categoria de violência também está relacionada com a categoria de rejeição, tendo em vista que todas disseram terem sido agredidas por parentes, professores, colegas de escola e

desconhecidos. E a categoria de transitoriedade se remete à dificuldade de estabelecer relações afetivas sólidas. Destarte, em face das violências às quais as travestis estão expostas, o autor defende que elas sejam também incorporadas nas discussões sobre diversidade nas organizações.

4. Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa, sendo adequada por ter como foco a subjetividade de transgêneros em suas trajetórias profissionais, pois Haguette (2003, p. 63) enfatiza que a pesquisa qualitativa é útil ao se buscar “uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo face à configuração das estruturas sociais”. Nesse sentido, Chizzotti (2008, p. 79) ressalta que “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Como o foco da pesquisa é o trabalho e diversidade, buscou-se profissionais com pelo menos dois anos de trabalho e que tivessem disponibilidade e vontade de participar. Foram selecionadas por conveniência, utilizou-se a técnica de bola de neve em que uma entrevistada indica a outra. As participantes da pesquisa são transgêneros, sendo essas: uma transexual feminina e seis travestis. Seguindo Picazio (1998), adotou-se neste estudo os seguintes conceitos: o/a transexual nasce em um determinado sexo, porém sente que pertence ao gênero oposto, assim o sexo biológico não corresponde à identidade. Ainda de acordo com o autor, utilizou-se o conceito de travesti que se identifica com o seu sexo biológico, contudo se sente homem e mulher ao mesmo tempo, utiliza trajes e roupas femininas.

Tratando do perfil das entrevistadas, todas residem em Juiz de Fora, possuem idade média de 39 anos e tempo de trabalho médio de 19 anos. Foram entrevistadas entre julho e dezembro de 2011. Uma travesti é profissional do sexo e a transexual foi profissional do sexo durante 10 anos. Cabe ressaltar que a transexual era estudante em um curso técnico. Enquanto as quatro travestis são proprietárias de pequenos negócios: de salão de beleza e atua como cabeleireira; de loja mística e é cartomante; de um comércio (loja de acessórios) e cursa graduação em Direito; e a última, de um atelier, de um salão de beleza e atua como modista. Já a outra travesti é cabeleireira.

O método de levantamento dos dados utilizado foi a história oral com foco na trajetória profissional. Foram entrevistas abertas nas quais o foco foi principalmente a trajetória

profissionais, aproximando-se de conversas informais, em que foi dito que se tratava de uma pesquisa sobre diversidade e trabalho. Como Meihy (1996, p. 9) salienta, um dos motivos da relevância da história oral é “a inclusão de histórias e versões mantidas por seguimentos populacionais antes silenciados, por diversos motivos, ou que tenham interpretações próprias, variadas e não oficiais, de acontecimentos que se manifestam na sociedade contemporânea”, tal como transgêneros. Nessa direção, Ichikawa e Santos (2006) destacam que as entrevistas obtidas por meio da história oral podem demonstrar a liberdade que as pessoas têm e elas auxiliam na observação do funcionamento dos sistemas normativos das organizações ao possibilitar que os excluídos sejam ouvidos. Todas permitiram que as entrevistas fossem gravadas e também se assegurou o sigilo da identidade dos participantes da pesquisa. E as entrevistas foram transcritas integralmente.

O método de análise dos dados utilizado foi a análise de conteúdo temática e qualitativa (BARDIN, 2008) cujo objetivo é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTI, 2008, p. 98).

4. Análise dos Dados

A análise dos dados foi estruturada a partir de quatro categorias com base nas histórias, sendo essas: violência simbólica no meio social, exclusão no mundo do trabalho, a imagem e o nome social e reprodução da violência. Na sequência, apresenta-se os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo empreendida.

4.1 Violência simbólica no meio social

Nesta categoria, serão relacionados e analisados os depoimentos que envolvem a temática da violência simbólica no ambiente social e estereótipos. Serão discutidos aspectos relacionados a não aceitação e falsa aceitação, o vínculo entre gêneros dissidentes e promiscuidade, marginalidade e patologia. Tais aspectos são também manifestações da violência simbólica e demonstram a sociedade enquanto heteronormativa (BUTLER, 2003).

O primeiro ponto é a estigmatização de travestis e transexuais na sociedade. Inicia-se com uma fala da transexual feminina, que ilustra o estereótipo de marginalidade associado aos transgêneros.

... A sociedade, ela ainda vê com marginalização, com marginalidade, te vê como uma subespécie, te vê como tudo, mas ela já começou a te aceitar como família, como cidadã, como pessoa de bem (Entrevista da transexual feminina).

A transexual salienta sobre a marginalização das travestis e transexuais em virtude da valorização e naturalização do modelo heterossexual (BUTLER, 2003; LOURO, 2009). Enfatiza o discurso desses construindo-as como uma “subespécie” destacando a desvalorização e o estigma social (PELÚCIO, 2009), ao mesmo tempo que começa a reconhecer uma mudança nessa visão pejorativa.

Outro ponto que remete à violência simbólica no âmbito social se refere aos direitos.

Uma época que era igual mulher que era estuprada, se chegasse na delegacia para falar que um cara foi preconceituoso com você e tudo, ele ia falar “mas também”, mas também o que, “você é viado, você está com saia, você tinha que estar com short, você tinha que estar com cabelo curto”. Tô mentindo?! Aí, a mulher, quando ela era estuprada, “mas, também, tu é gostosa, tá com a roupa curta, a culpa é sua”... você não precisava nem pensar em delegacia. Podia pensar em delegacia? Você era assaltado, se você chegasse lá, eles ainda achavam que era um favor que o bandido fez foi assaltar a gente (Entrevista da travesti cinco).

Evidencia-se a naturalização da violência simbólica no relato da travesti sobre a carência de direitos e de proteção. Nem mesmo os agentes do Estado e da lei, que seriam os responsáveis pela segurança da sociedade, se dignificam a, ao menos, apurar os fatos. Simplesmente, taxam a travesti de incitador do acontecido, justificando a ação dos violentadores como se fosse adequada e natural (KULICK, 2008). O fato de se travestirem cria a prerrogativa que justificaria tal violência, a qual não é, claro, questionada nem condenada (BOURDIEU, 2003). Para a autoridade policial, ela que é a culpada pela violência que sofre ou que deve pagar pela “escolha” que realizou. Isso é reflexo da naturalização da violência simbólica, tidas como inferiorizações sociais e passíveis de serem castigadas por serem “anormais” (LEONINI, 2004).

Cabe salientar que o estereótipo de marginalidade e prostituição também está presente no dia-a-dia das travestis, veja dois exemplos:

... eu falo sempre, generaliza tudo. Travesti, hoje em dia, pode me ver, pode ver uma que trabalha como profissional do sexo, uma cabeleireira, mas eles vão generalizar todas como marginal, que não se aparece outro anúncio. Aparece em televisão, travesti é presa, homem morto esfaqueado por travesti, enfim. Um homem, um hetero, vamos dizer, se ele esfaquear, ele vai ser apenas mais um. Mas uma travesti não é apenas mais uma, é a que é criticada e a sociedade junta tudo, todas são marginais aos olhos da sociedade... (Entrevista da travesti seis).

... Quem não me conhece, não sabe que eu trabalho com estilista e me vê passar de carro “nossa, ali, uma travesti deve ter feito a vida”. Enfim, quase que a gente é cobrada disso... (Entrevista da travesti seis).

De acordo com a primeira fala, a travesti diz que há uma generalização ou uma estereotipia na qual a travesti, independente de sua profissão, é geralmente vista como uma marginal ou promíscua, além de ser construída negativamente pela/na sociedade. O outro estereótipo é aquele relacionado com a prostituição, destarte as pessoas creem que ela é prostituta em decorrência de ser travesti, ter um carro e recursos financeiros. É tão forte esse estereótipo na sociedade que ela destaca que as travestis praticamente são “cobradas” para que o sejam (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009). Esse estereótipo associado à prostituição reflete a generalização da ocupação mais comum dos travestis ou a visão de que esta seria a única profissão da qual elas seriam dignas? O próximo ponto remete à patologização.

... Vamos voltar ao tempo, quando meu pai faleceu, eu tinha 16 anos e eu era totalmente feminina. Os meus tios tinham muito dinheiro, gente rica. A minha mãe muito abalada, eles queria me internar achando que eu era uma doente por ser homossexual... (Entrevista da travesti dois).

A visão da travesti como "anormal" e patológica se corporifica e a violência simbólica sobre ela se torna evidente em ocasiões como a descrita, na qual a família julga a entrevistada doente, passível de internação hospitalar, por não se enquadrar aos padrões heteronormativos socialmente instituídos, sancionados e reproduzidos (LEONINI, 2004; BUTLER, 2003). Outro ponto de destaque é a condição financeira da família, que, possivelmente, para manter sua imagem frente à sociedade, prefere esconder aquilo que lhe envergonha, condenando a travesti à reclusão hospitalar.

O dinheiro que exclui, como no caso do discurso anterior, também pode ser o subterfúgio para a inclusão ou aceitação social, mesmo que ilusória, conforme veremos a seguir.

... você chega num lugar, você tem um peitão de 400 ml, você para como a Sthephany no crossfox, aí você desce cantando no meu crossfox, todo mundo acha que você é rica, vai ver o carro está dividido de 400 mil prestações, tomou tanto tapa na cara na Europa para poder chegar aqui comprar um carro dividido, comprar uma casa, aí as pessoas vão “é rica”, a sociedade te vê com outro olho, porque a sociedade vê até travesti que faz programa e que tem o peitão e tudo mais com melhores olhos, do que vê a mim e a ela que trabalha... (Entrevista da travesti cinco).

... por exemplo, os gays, na sociedade, na questão do mercado, eles são bons porque você pode observar, você procurar o melhor cabeleireiro, é gay... Acredito que pode ser até por uma questão de achar, no inconsciente ali, achar, eu tenho, que a sociedade colocou na pessoa, como eu sou diferente, eu tenho um defeito entre aspas, não é defeito, mas a pessoa acha que ela quer superar aquilo pelo modo intelectual e pelo trabalho, para mostrar que ela é melhor. E aí, é onde entra o poder financeiro que todo mundo quer para poder mostrar porque, hoje em dia, você não precisa nada, muito, respeito precisa sim. Mas assim, para as pessoas te admirarem é só você ter dinheiro, ter dinheiro é admirado “nossa, estou riquíssimo”. Aí, pode ser pintoso, pode ser o que for, porque é admirado. (Entrevista da travesti três).

A travesti salienta que, em decorrência do implante de silicone e de um veículo automotivo, aquela que é profissional do sexo é melhor aceita socialmente do que a travesti que trabalha em outro tipo de ocupação, gerando uma falsa aceitação. Já a travesti, no segundo extrato, ao refletir sobre a busca do não heterossexual por ser um bom profissional, relaciona isso com o fato dele sentir que deve demonstrar à sociedade que é um ótimo profissional, apesar de seu “defeito”. É interessante esse ponto expresso pela travesti, pois, talvez, no inconsciente, dominado simbolicamente, pense ou sinta seu gênero e sua sexualidade como algo anormal ou desvalorizado socialmente e que, assim, deva compensá-la sendo um profissional de destaque e bem-sucedido financeiramente visando aceitação (LEONINI, 2004). Destarte, a violência simbólica é explícita, pois o transgênero que está de acordo com os interesses e a lógica de mercado torna-se admirado ou aceito pela sociedade mesmo sendo efeminado. Logo, não é aceito pelo seu trabalho, valor pessoal e profissional, mas por ser detentor de recursos econômicos. Esse se mostra o único subterfúgio capaz de gerar a aceitação e o enquadramento do sujeito transgênero à sociedade, porquanto o que mobiliza o mundo é o sistema econômico-financeiro e a adequabilidade perante esse se torna importante baliza social, superando mesmo princípios éticos e morais que possam estar arraigados. Mas não se pode iludir, sobre essa baliza se sustentam várias violências simbólicas tão ou mais insidiosas e desumanas. O capital não elimina o preconceito e a exclusão social, apenas cria uma aparente superação das diferenças, que ainda persistem intocadas e indesejadas.

4.2 Exclusão no mundo do trabalho

Esta categoria versa sobre a exclusão a que estão sujeitas travestis e a transexual por meio da restrição de trabalho, da exclusão de processos seletivos e em situações de exclusão no ambiente de trabalho. A primeira declaração manifesta a falta de opção no mercado de trabalho.

Eu estou trabalhando por que é o meu próprio negócio, a [travesti quatro] trabalha por que salão todo mundo emprega para ser cabeleireiro, para ser costureiro, todo mundo emprega para essas atividades que acham que são assim os veados são os melhores (Entrevista da travesti cinco).

... Mas, realmente, questão de trabalho é muito complexa. E o travesti, o transexual, ele acaba sendo jogado mesmo para a prostituição. Não tem outra opção e não tem realmente outra opção... (Entrevista da travesti três).

Em decorrência dessa restrição no mercado de trabalho, as poucas alternativas das travestis e transexuais geralmente envolvem ter o próprio negócio, trabalhar em setores como a beleza, a estética, a moda, nos quais haveria melhor aceitação, ou a prostituição. É notória a restrição imposta àqueles que não se enquadram à ordem heteronormativa, visto que resta aos tidos como “anormais” as profissões de menor prestígio, associadas à figura feminina, ou aquela taxada socialmente como amoral, incorreta, pecaminosa e desonrosa, a prostituição (KULICK, 2008; IRIGARAY, 2010). Destaca-se, sobre a primeira parte do argumento, que a associação à construção cultural do feminino é, social e historicamente, algo demeritório, dado que a mulher é vista como ser submisso, passivo, restrito e incapaz de atribuições de cunho intelectual ou que demandem maior empenho ou responsabilidade. É também comum situações de exclusão de processos seletivos nas trajetórias de transgêneros:

[E em questão de trabalho, você sempre trabalhou como garota de programa, já pensou em outra coisa?]

Então, no tempo que eu parei, fui trabalhar com o Carnaval, eu tentei procurar outra área, uma área que eu gostasse para não ter que voltar. Mas, o preconceito ainda é muito presente na cabeça das pessoas e não me deram oportunidade...

[Como que foi?]

Eu fiz várias entrevistas, só que quando eu ia para a entrevista com o psicólogo ou com o dono do estabelecimento, aí já sempre era mal visto.

[Tem alguma situação assim que você possa me contar?]

Teve uma situação num certo lugar que eu fui. Aí, estava sendo assim, você entregava o currículo e já fazia a prova, que era uma prova de informática e uma prova de português e matemática. Todo mundo que levava o currículo fazia. E quando eu fui levar, eu fui com uma amiga minha, fui levar e a moça pegou meu currículo e falou “aí, então tá bom, qualquer coisa, a gente entra em contato”. Aí eu perguntei “mas, eu não vou fazer a prova que todo mundo está fazendo?!” A moça “ah não, você não precisa não”.

[Ah, então, você acha que por ser travesti ali mesmo ela te eliminou? Ela nem te deu oportunidade de fazer a prova?]

Isso mesmo. Eu acho não, tenho certeza (Entrevista da travesti um).

A travesti profissional do sexo conta que já tentou outra área de trabalho, no entanto enfrenta sérias dificuldades por conta da distinção social. Ela relata que, quando vai para a fase de entrevista nos processos seletivos, é muitas vezes eliminada. No caso acima, a representante da organização não permite que ela faça as provas como todos os candidatos, quando percebe que se trata de uma travesti, assim a violência é explícita (BOURDIEU, 2003). E quando a representante da loja diz que ela não precisa fazer a prova, é enfatizado que em hipótese alguma a travesti será contratada. Tal pré-conceito é uma clara manifestação de violência simbólica, posto que nem mesmo é dada à entrevistada a oportunidade de demonstrar os seus conhecimentos, ela é automaticamente eliminada por seu gênero, o qual lhe impõe um status de inferioridade e retira-lhe o direito de pleitear uma vaga, possivelmente, por considerarem que

sua “anormalidade”, seu gênero dissidente (distanciamento da norma heterossexual) é uma mácula intransponível em seu currículo e carreira profissional, como um estigma social em que sua identidade é desqualificada (PELÚCIO, 2009; GOFFMAN, 1988).

Destacaremos, nesta categoria, mais uma manifestação da violência simbólica, a exclusão por meio do afastamento físico, no ambiente organizacional.

E tem aquelas que fingem que não tem, mas tem, que entram no salão, arrumam o cabelo, conversam, contam a vida e quando encontram com você na rua, fingem que não te viu. Você passa assim lado a lado e elas fingem que não te viu... (Entrevista da travesti quatro).

No relato de distanciamento, a travesti diz que algumas clientes se abrem e conversam sobre a vida durante o momento estético no salão, porém, quando estão em algum ambiente público, preferem fingir que não a conhecem ou que estão diante de uma desconhecida. Dessa forma, a violência simbólica também se manifesta nesses casos de afastamento físico, nos quais as pessoas evitam a convivência e a proximidade para evitar as possíveis consequências de uma palavra, gesto ou dos ares oriundos de alguém indesejável. E preferem ou precisam evitar qualquer associação à travesti, por considerarem que será negativo para suas imagens serem vistas perto de uma travesti em um ambiente público, reforçando o estigma social e a violência simbólica (BOURDIEU, 2003; GOFFMAN, 1988).

4.3 Imagem e o nome social

Outra manifestação da violência simbólica está relacionada com a imagem de transgêneros, por chamarem atenção para si ou serem excluídas do ambiente social e do ambiente de trabalho, dada a impossibilidade de esconder e não buscar esconder sua expressão de gênero, como veremos.

Eu acho que tem que respeitar, respeitar principalmente os travestis, porque o gay, ele passa por muitos lugares que a gente não passa. O gay passa despercebido e a gente não. Às vezes a gente quer simplesmente, como tava falando... fazer uma compra no mercado. Você entra com mais facilidade, sai com mais facilidade do que eu. Sempre tem olhares te acompanhando, sempre tem uns loucos que te acompanham... (Entrevista da travesti seis).

No meio social, a travesti enfrenta maiores dificuldades que o homossexual masculino, posto que sua imagem chama a atenção. Nesse sentido, a travesti destaca que percebe dificuldade até com atividades básicas de rotina, como ir a um mercado, em virtude dos olhares

que a acompanham, provavelmente olhares de preconceito, e se sente incomodada nessas situações. Nesse depoimento, fica evidente a distinção social, a partir da qual, em todas as ações e interações sociais, aquela que possui a ignomínia de um gênero dissidente das convenções sociais é colocada em evidência e, preferencialmente, em uma situação de desconforto. Tal violência sutil é como uma pena que se paga a cada dia e em cada espaço de convivência, pela liberdade de ser o que se é ao invés de se subjugar aos padrões socialmente e historicamente determinados, assim negando-lhe o espaço público (PRADO; MACHADO, 2008).

Conforme o seguinte relato, a violência simbólica também está expressa na utilização do nome social.

Ah, nunca aconteceu nenhuma coisa que pudesse falar, a não ser questão de trabalho, desse preconceito. Eu nunca sofri outro que eu pudesse falar: só porque eu sou travesti. Por mais que eles não estejam acostumados, eles tentam ser o mais natural possível para não demonstrar esse desconforto em relação ao travesti.

[E você nota esse desconforto nas pessoas?]

Noto, por mais naturais que elas tentam ser. Tem uns que chamam de ele ainda. Eu noto sim. [Geralmente, como se manifesta esse desconforto? Em que atitudes você percebe que tem esse desconforto?]

Quando pronuncia o ele né.

[O ele?]

Quando pronuncia o ele, a gente já vê que a pessoa não sabe como tratar. Tentar ser o mais simpático possível, mas tá vendo que não está dando certo (Entrevista da travesti um).

Como acima, a travesti ressalta que percebe um determinado desconforto ou mal estar nas pessoas quando estão se relacionando com ela e acabam por tratá-la no masculino. Há um paradoxo, mesmo quando algumas pessoas estão tentando ser simpáticas, há uma violência sutil que demonstra o não saber ou o não querer lidar com uma travesti de maneira apropriada, consoante a sua expressão de gênero. É evidente a negação de seu gênero, bem como o apego àquela congruência entre sexo e gênero. As pessoas ainda se apegam ao seu sexo e, mesmo que inconscientemente, reafirmam aquilo que seria esperado dela, da travesti, ser um homem e assim chamado pelo pronome 'ele' (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2009; PROCHNO; ROCHA, 2011). O senso de distinção está arraigado posto que as pessoas não conseguem esconder o seu desconforto frente aquilo que é convencionalizado como anormal e buscam segurança na afirmação do que entendem como normal (BOURDIEU, 2007).

4.4 Reprodução da violência simbólica

A reprodução da violência simbólica é um fenômeno no qual o "diferente", mesmo dominado simbolicamente, adota o ponto de vista dominante, enquanto ponto de vista punitivo

e passa a agir conforme os padrões ditados pela heteronormatividade e, assim, sem reflexão ou crítica, reproduz a violência que vivencia para com os outros. Geralmente, isso se dá perante outros gêneros dissidentes, o não heterossexual de modo geral, com destaque para os homossexuais efeminados, as lésbicas masculinizadas e as travestis. É também a questão da discriminação e do preconceito no próprio meio LGBT. É relevante destacar nos trechos seguintes a temática do beijo entre pessoas do mesmo sexo:

Aqui em Juiz de Fora tem a lei rosa. Tem a lei rosa? Tem a lei rosa, mas não é só porque tem a lei rosa que você tem que ficar num ponto de ônibus ou num parque, onde tem famílias e crianças, ficar beijando um ao outro. O que as crianças vão pensar? O adulto, tudo bem, vai entender. E a cabeça de uma criança, como fica? Então, não acho legal (Entrevista da travesti um).

Nesse trecho, a travesti adotou o ponto de vista da sociedade enquanto heteronormativa, criticando homossexuais que podem se beijar em locais públicos e acreditando que isso poderia prejudicar as crianças. O impacto prejudicial às crianças remete ao possível exemplo de algo que é tido como incorreto ou inadequado frente aos valores socialmente difundidos, segundo os quais a homossexualidade é algo condenável e, destarte, deve ser recriminada, evitada e, até mesmo, punida. Qualquer exibição de um amor homoafetivo seria transgressão, inclusive para uma travesti, que considera tal manifestação como restrita à alcova para não agredir as famílias normais nem influenciar seus filhos a reproduzirem tal “comportamento desvirtuado”.

A reprodução da violência simbólica também se direciona às travestis, ocorre principalmente de travesti para travesti, nesta pesquisa, como notamos na próxima fala.

[Por que você acha que tem algumas tão bem aceitas como você e outras não?]
Porque não sabe se comportar, não se põem no seu lugar, porque tem que respeitar o próximo para o próximo te respeitar. Eu tenho que respeitar seu espaço para você respeitar o meu.
[E o que elas fazem que você acha que as pessoas acabam não respeitando?]
Muita coisa. É muita afetação, muita afetação. Se uma pessoa olha, elas já querem agredir. Falar coisas que não... Às vezes, a pessoa está olhando, admirando, e elas estão achando que está “chuchando” elas, falando mal. Elas mesmas são preconceituosas com elas...
[E assim, quando você fala nessa credibilidade, uma pessoa completamente aceita na sociedade, e todo mundo vê como mulher e tal, como que foi isso, como você chegou a isso?]
Educação. Educação e berço. Ninguém me vê na rua fazendo escândalo. Ninguém me vê na rua pegando homem [...] É respeitar. Se você sair comigo, qualquer lugar que eu entrar, que eu perguntar qualquer coisa, eles vão me chamar “tem senhora, não tem senhora”. O que eu for comprar, eles vão. Eu não preciso sair por aí rebolando, fazendo escândalo (Entrevista da travesti dois).

Nota-se, no discurso da travesti, que as travestis não aceitas ou aquelas responsáveis pelo preconceito sofrido são as que não saberiam se comportar conforme o ambiente ou que

não respeitariam o próximo, tendo atitudes de afetação ou de escândalo, o que também remete à falta de educação (KULICK, 2008). São evidentes a reprodução da violência simbólica e o preconceito uma vez que aquelas que não respeitam a sociedade são chamativas, escandalosas e rebolam, o que agrediria as outras pessoas. Logo, é natural que sejam discriminadas aquelas que não se comportam do mesmo modo que ela se comporta. Fica manifesta a demarcação de um estereótipo a ser seguido por aquelas que desejam se inserir e ser aceitas pela sociedade, ou seja, a adoção de um comportamento contido. Observe que a entrevistada é uma travesti, todavia ela se julga superior às demais por sua estirpe e educação e, portanto, se sente no direito de violentar simbolicamente aquelas travestis que não tiveram a mesma oportunidade que ela, indicando que elas seriam merecedoras do desrespeito e preconceito que vivenciam. É interessante destacar, por fim, o fragmento abaixo, que discute a reprodução da violência simbólica de modo geral.

Eu acho que você pode ter postura. Não é muito afeminado, eu sou. Mas assim você pode ser feminino sem ser escrachado, né. Entende assim? Existe como ter um equilíbrio. Não é que eu não gosto, sempre vai ter, mas assim a gente tem que respeitar um pouco a sociedade em que a gente vive. Não é uma sociedade de gays em que vivem héteros. É uma sociedade de héteros em que existem gays. Entende? Então assim, a gente precisa se adaptar. Se eu vou a uma igreja, eu tenho que me vestir para ir a uma igreja, não para ir à praia... (Entrevista da travesti três).

Nesta fala, a travesti defende com fervor a sociedade heteronormativa e seus preceitos. Considera que a distinção é algo natural, dado que vivemos em uma sociedade de heterossexuais e que caberia aos homossexuais se “vestirem” conforme as regras vigentes. Assim, mesmo que inconscientemente, ela legitima tal sociedade que, inclusive, o violenta simbolicamente. Ele reproduz a violência vivenciada, talvez como escape, em outro alvo de preconceito e discriminação, o homossexual efeminado. Fica implícito, em sua fala, que ser feminina justificaria toda a violência, pois os próprios homossexuais efeminados seriam os demandantes dessa. Questionamos, então, até que ponto os homossexuais devem se adaptar? Os homossexuais têm que se adaptar a uma norma que valoriza apenas a heterossexualidade para serem aceitos? Se o não heterossexual não buscar ser parecido com o heterossexual, ele vai ser excluído? Ao invés de nos resignarmos e compactuarmos com a violência, por que não buscamos uma sociedade que seja ampla e democrática o suficiente para incluir todos? Tais questões certamente não embasam os comportamentos violentos vigentes e alguns dos que retratamos, mas precisam ser incitadas, eis uma das nossas funções enquanto acadêmicos.

5. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar as violências simbólicas vivenciadas por sujeitos transgêneros na sociedade e em seus ambientes de trabalho. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa empírica de cunho qualitativo com seis travestis e uma transexual, residentes de Juiz de Fora – Minas Gerais. Para embalar as nossas análises, recuperamos os conceitos de poder simbólico e violência simbólica, propostos por Pierre Bourdieu, bem como recuperamos alguns trabalhos de autores nacionais que têm se dedicado ao estudo da diversidade sexual nas organizações e ao estudo de transgêneros. Tal referencial possibilitou-nos descrever e refletir sobre o conteúdo expresso nas entrevistas de história oral que foram realizadas para desnudar algumas violências simbólicas vivenciadas.

Destaca-se, dessa análise, que os sujeitos transgêneros são vítimas de diversas violências simbólicas na sociedade por serem considerados doentes, promíscuos, marginais. Ademais é evidente, em suas trajetórias, a falta de visibilidade, de direitos, de proteção, os estereótipos negativos, a não aceitação ou sua falta aceitação. Todos esses aspectos atuam reforçando as inferiorizações sociais e demonstram a sociedade valorizando o modelo heterossexual. Tais sujeitos se deparam no mercado de trabalho com uma série de obstáculos, tantas vezes sendo eliminados logo no processo de seleção, restando-lhes como ocupação a prostituição, o empreendedorismo e atividades vinculadas à imagem feminina, que são, geralmente, menos valorizadas econômica e socialmente. Quanto à imagem e ao nome social, percebemos que a evidência sensível da travestilidade ou da transexualidade impossibilita qualquer estratégia de proteção e adequação, gerando constrangimentos superiores àqueles experienciados pelos demais não-heterossexuais, porquanto tal evidência se contrapõe diretamente às normas sexuais da sociedade e seus membros respondem com a violência. O nome social ainda é uma questão mal compreendida ou não respeitada por muitos e sua não adoção serve como munição para muitos homofóbicos. Por fim, ressaltamos a reprodução da violência simbólica no meio LGBT, no qual o indivíduo não heterossexual ou gênero dissidente, mesmo sendo alvo da violência simbólica, reproduz o ponto de vista da sociedade heteronormativa, de forma acrítica e não reflexiva. Esse fenômeno tem como alvos principais os homossexuais efeminados, as travestis e as transexuais, ocorrendo até mesmo entre iguais, como de travesti para travesti.

Conclui-se o artigo com a sugestão e demanda de pesquisas futuras que contemplem os sujeitos de pesquisa que estudamos – os sujeitos travestis e transexuais –, pois escassas são as pesquisas a eles dirigidas, seja na área de estudos organizacionais ou em outras ciências sociais. Ademais, seria pertinente a replicação deste estudo em outras cidades e regiões brasileiras, para

que se pudesse compreender a realidade de trabalho desse grupo social tão discriminado e marginalizado, às vezes, até nos trabalhos acadêmicos.

ANALYSYS OF SYMBOLIC VIOLENCE IN ORAL SOTRIES OF TRANSGENDER FROM JUIZ DE FORA – MG

Abstract

This article aims to analyze the symbolic violence experienced by transgender subjects in society and the world of work. To support the analysis, it uses the concepts of symbolic power and symbolic violence, as well as several works of national authors who have dedicated to the study of sexual diversity in organizations and transgender studies. Data were collected through a qualitative research, in which oral history interviews were conducted with six transgender individuals from Juiz de Fora - MG. Thus, we emphasize the stigmatization of which are exposed these subjects witch result in violence and exclusion in social and organizational context.

Key words: transgender, symbolic violence, oral story

Resumén

Este artículo tiene como objetivo analizar la violencia simbólica experimentado por los sujetos transgéneros en la sociedad y el mundo del trabajo. Para apoyar el análisis, que utiliza los conceptos de poder simbólico y la violencia simbólica, así como varias obras de autores nacionales que se han dedicado al estudio de la diversidad sexual en las organizaciones y los estudios de transgénero. Los datos fueron colectados mediante una investigación cualitativa, en la que se llevaron a cabo entrevistas de historia oral con seis transexuales, residentes Juiz de Fora - MG. Por lo tanto, hacemos hincapié en la estigmatización de los que están expuestos estos temas con el resultado de violencia y exclusión en el contexto social y organizativa.

Palabras clave: transgéneros, la violencia simbólica, la historia oral

REFERÊNCIAS

BARDIN. Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BENEDETTI, Marco. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Conferência do Prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada**. In: LINS, Daniel. A dominação masculina revisitada. Campinas: Papyrus, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papyrus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. **Razões prática: sobre a teoria da ação**. 4 ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GARCIA, Agnaldo; SOUZA, Eloisio Moulin de. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1353- 1377, Nov./Dez. 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMIDE, Silvia. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer. In: GROSSI, Miriam.; UZIEL, Ana Paula; MELLO, Luiz. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, Christiane; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo Bandeira; SILVA, Anielson Barbosa de. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Identidades sexuais não hegemônicas: a inserção dos travestis e transexuais no mundo do trabalho sobre a ótica queer. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 06, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester de. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 18, n. 59, p. 625-641, out./dez. 2011

IRIGARAY. Hélio Arthur Reis; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Humor e discriminação por orientação sexual no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 14, n.5, p. 890 – 906. set/out. 2010

- KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LEONINI, Luisa. Os clientes das prostitutas: algumas reflexões a respeito de uma pesquisa sobre prostituição em Milão. In: SCHPUN, Monica. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009
- PELUCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009.
- PICAZIO, Claudio. **Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Summus, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Francisco Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.
- PROCHNO, Caio César Souza Camargo; ROCHA, Rita Martins Godoy. O jogo do nome nas subjetividades travestis. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 254-261, 2011
- ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar**. 2007. 355 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.
- SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; ZAULI-FELLOWS, Amanda. Diversidade e identidade gay nas organizações. **Gestão.org**, Recife, v. 4, n. 3, p. 70-81. nov./dez. 2006
- SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; LIMA, Helena Karla Barbosa de; ANDRADE, Augusto José de Abreu. Homofobia e violência moral no trabalho no distrito federal. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 50, p. 447-461. jul./set. 2009
- SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. (Re)Produção de heterossexismo e heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n.4, p. 76 - 105, 2013.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460 - 482, 2001.

Sobre os autores

Henrique Luiz Caproni Neto é graduado em Administração e Especialista em Gestão de Pessoas pela UFJF. Mestre em Administração pela UFMG. Endereço eletrônico: henriquecap_adm@yahoo.com.br

Renata de Almeida Bicalho é doutora em Administração com ênfase em Estudos Organizacionais & Sociedade pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora. Endereço Eletrônico: renata.bicalho@ufjf.edu.br